



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**

**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**

**DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022**

**N.º 1/2022/AM**

**DATA:** Décimo oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois.---

**HORA:** Vinte horas e treze minutos.-----

**LOCAL:** Salão Nobre do Edifício Municipal.-----

**O PRESIDENTE:** Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Jorge Manuel Santos Silva (CDS/PP);-----

**2º SECRETÁRIO:** O lugar não foi ocupado.-----

- José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Ricardo Jorge da Costa Oliveira, em suplência de Daniel Alexandre Martins  
Gonçalves (CDS/PP);-----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida (CDS/PP);-----

- Alexandra Pinho (CDS/PP);-----

- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho (PS);-----

- Ana Raquel Tavares Pinheiro (PS);-----

- José Hermínio Tavares Fernandes (PS);-----

2022.02.18

- Joana Patrícia Bessa Almeida, em suplência de Pedro Miguel Ledo de Araújo (PS);-----
- João Paulo Carvalho da Silva (PPD/PSD);-----
- Rosária de Fátima Leite Tavares (PPD/PSD);-----
- Ana Rita Fernandes Martins (PPD/PSD);-----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa (PPD/PSD);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira (CDS/PP);-----
- Vítor de Sousa Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Carlos Alberto Pinho Tavares (Tesoureiro), em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Cristina Maria Vasconcelos Quintas (Secretária), em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

**FALTAS:**-----

- **Rita Alexandra Alves Casal** (CDS/PP), 2.<sup>a</sup> Secretária da Mesa, por motivos profissionais;-----
- **Nelson Fernandes de Almeida**, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP), por motivos profissionais de última hora.-----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro**, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência



António Alberto Almeida de Matos Gomes, José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho e André Agostinho Martins da Silva, e ainda os vereadores em regime de não permanência Tiago Correia Fernandes e Frederico da Costa Martins. -----

**Não compareceu à sessão a Senhora Vereadora em regime de permanência Mónica Pinto Seixas**, por se encontrar a representar a Câmara Municipal no Concerto com o Grupo Salomé, inserido no Projeto HOLOGRAMA – Cultura para Todos, a decorrer este fim de semana no Centro Cultural de Macieira de Cambra.-

**A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:-----**

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2021;-----
- c) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 29 de dezembro de 2021;-----
- d) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**

1. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para conhecimento;-----
2. Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa de 2021 - deliberação da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022;-----
3. Alteração Orçamental Modificativa do ano 2022 – deliberação da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022;-----
4. Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022 - deliberação da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022;-----

5. Procedimentos concursais para recrutamento, seleção e provimento de Cargos Dirigentes Intermédios de 2.º Grau - deliberação da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022;-----
6. Procedimentos concursais para recrutamento, seleção e provimento de Cargos Dirigentes Intermédios de 3.º Grau - deliberação da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022;-----
7. Isenção de taxas diversas, pelo período de 5 meses, com produção de efeitos a 1 de janeiro, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 11/01/2022, de acordo com a competência conferida pelo n.º 1, do artigo 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra;-----
8. Isenção do pagamento de taxa referente à utilização de 2 lugares de estacionamento público utilizados para posto de carregamento para veículos elétricos (junto à Biblioteca Municipal), no âmbito do Protocolo celebrado entre o Município e a MOBI.E, S.A. - deliberação da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022;-----
9. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências – Transportes Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar, a celebrar entre o Município e as Freguesias de Arões, Cepelos e Rôge - deliberação da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022;-----
10. Reconhecimento do Interesse Público Municipal da construção de edifício destinado a Creche, pela Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra (500m2 a desafetar da RAN /artigo matricial 7455, lugar do Cabeço, S. Pedro de Castelões) - deliberação da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022. -----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----**

**- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO.-----**

-----



*[Handwritten signature]*

Verificada a existência de quórum (26 membros), o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, deu início à sessão cumprimentando todos os presentes.-----

**Tomaram posse de imediato, após verificada a sua identidade e legitimidade, conforme Autos de Posse lavrados:** Senhor Ricardo Jorge da Costa Oliveira; Senhora Joana Patrícia Bessa de Almeida; Senhor Carlos Alberto Pinho Tavares e Senhora Cristina Maria Vasconcelos Quintas.-----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou ter participado no 508.º aniversário da atribuição do Foral de Cambra, a convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia que felicitou pela nova dimensão que está a dar a estas comemorações; mais informou que, no dia seguinte, estaria presente no III Congresso da ANAM, assim como o Primeiro-secretário Jorge Manuel Santos Silva, e que, em representação da Assembleia Municipal estaria também no dia 19, a convite do Sr. Presidente Câmara Municipal, o Deputado Municipal José do Nascimento Peres no concerto a decorrer no Centro Cultural. Sendo uma iniciativa com entrada gratuita os Senhores Deputados e Vereadores se entenderem terão a oportunidade de assistir a um grande espetáculo seguramente.-----

**b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 25 votos a favor, aprovar a ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2021, tendo-se absterido da votação a Senhora Cristina Maria Vasconcelos Quintas por não ter participado naquela sessão.-----

**c) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 22 votos a favor, aprovar a ata da sessão extraordinária de 29 de dezembro de 2021 com as alterações introduzidas pelo Deputado Municipal José Soares à proposta da ata, tendo-se absterido da votação os seguintes Deputados por não terem participado naquela sessão: Francisco Jorge Rodrigues de Sousa, Ricardo Jorge da Costa Oliveira, Carlos Alberto Pinho Tavares e Cristina Maria Vasconcelos Quintas.-----

Com a aprovação da presente ata, dá-se por retificada a minuta da mesma, no ponto 1, onde consta que foi aprovado por "*maioria de dezassete votos a favor, com cinco votos contra (dos Deputados do PS Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e Victor de Sousa Tavares, assim como dos Deputados do PPD/PSD Rosária de Fátima Leite Tavares e Daniel Alexandre Martins Barbosa) e uma abstenção (da Deputada do PPD/PSD Ana Rita Fernandes Martins)*", consta da ata agora aprovada: por "*maioria de dezassete votos a favor, com um voto contra (da Deputada do PS Ana Raquel Tavares Pinheiro) e cinco abstenções (dos Deputados José Hermínio Tavares Fernandes e Victor de Sousa Tavares do PS, assim como dos Deputados do PPD/PSD Rosária de Fátima Leite Tavares, Daniel Alexandre Martins Barbosa e Ana Rita Fernandes Martins)*".-----

**d) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:** Aberto este período, interveio a primeira inscrita, a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre quando colocará o restante saneamento no lugar de Teamonde, uma vez que só foi colocado na rua principal, portanto, perguntou para quando está previsto o alargamento da rede a todo o lugar.-----



**No uso da palavra a Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares,** após cumprimentar os presentes, proferiu a seguinte intervenção cujo teor se transcreve conforme documento entregue: “Venho aqui expressar uma preocupação que nos tem vindo a inquietar. Trata-se de um problema de âmbito nacional, mas que afeta também o nosso concelho. A quebra acentuada da taxa de natalidade. Como devem ter conhecimento, Portugal registou um mínimo histórico de nascimentos em 2021. A crise financeira que vivemos provocou uma grande queda da natalidade no país. Logo de seguida deparamo-nos com uma pandemia. A crise sanitária trouxe consigo medo e incertezas tanto do foro financeiro como ao nível da saúde e da segurança – o que levou muitas famílias a adiar a decisão de ter filhos.-----

Há por isso que criar mecanismos para fornecer cuidados sociais e de saúde reprodutiva adequados – só assim será possível aumentar as taxas de natalidade e ter uma população mais jovem para contribuir para o progresso. A nossa Autarquia tem o dever de implementar políticas públicas focalizadas na natalidade. Desta forma será possível fixar por cá a população e, assim, a médio-longo prazo não teremos nem mais escolas encerradas, nem creches, nem centros de saúde, tribunais, nem correios nem outras estruturas e serviços que, no limite, porão em causa a sobrevivência da própria autarquia. Há uma necessidade urgente de iniciar estratégias a nível local para reverter a tendência estrutural de redução da taxa de natalidade. Será fácil? Não – de forma alguma... mas não podemos baixar os braços.-----

E, nesse sentido, queríamos questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre as medidas já implementadas relativas a esta problemática e se pretendem avançar com mais projetos nesta área. Queríamos também propor um conjunto de sugestões que podem ajudar a mitigar esta situação – considerando que seja possível que algumas das nossas propostas estejam já em vigor. Propomos:-----

- Um cheque subsídio para o 1º filho; para o 2º e para o 3º... e por aí fora;-----
- Redução de tarifas de água e saneamento;-----
- Alimentação gratuita para todas as crianças do berçário, creche, jardim-de-infância e 1º ciclo;-----
- Rede de Creches Municipal gratuita, desde o berçário;-----
- Transportes gratuitos para todos os alunos até ao 12º ano – tal como já referenciamos várias vezes, seria importante criar uma rede transportes amiga do ambiente – que facilitaria a execução deste ponto;-----
- Comparticipação das propinas, despesas de deslocação e alojamento no Ensino Superior;-----
- Atribuição de bolsas de estudos a alunos com mérito;-----
- Atribuição de bolsas de estudos a alunos mercedores e provenientes de famílias em dificuldades financeiras;-----
- ATL's gratuitas nas freguesias;-----
- O aumento da habitação pública para arrendamento;-----
- Eventos pró-natalidade;-----
- Aumento dos apoios às famílias em geral;-----
- Criação de condições à fixação de casais jovens;-----
- Comparticipação em despesas no comercial local;-----
- Aberturas de contas bancárias pelo nascimento, com depósito a vencer aos 18 anos;-----
- Comparticipações nos primeiros 3 a 5 anos de vida (leite, fraldas, apoio médico, infantário);-----





- Atribuição do pagamento de um subsídio por cada filho durante os primeiros anos de vida;-----

- O nosso concelho tem muitas e grandes empresas cujo horário de trabalho requer o horário por turnos rotativos. Seria importante criar um regime específico que permitisse a harmonização entre os horários de trabalho dos pais com a abertura e fecho dos estabelecimentos de ensino.-----

Estas são só algumas propostas... -----

No fundo, é necessário que os Valecambrenses sintam confiança no futuro. Um filho é uma grande responsabilidade e para que esta responsabilidade seja assumida sem medo e sem receios, tem de haver um mínimo de condições.-----

Obrigada."-----

**Intervenção de seguida, o Senhor Vítor de Sousa Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra** que agradeceu a presença do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e seus colegas Presidentes de Junta na cerimónia evocativa dos 508 anos de atribuição do Foral às Terras de Cambra, um marco para todo o Concelho pois trata-se de um documento muito importante para o mesmo. Assim, foi com agrado que viu a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal aceitarem o desafio de se associarem às próximas cerimónias evocativas.-----

**Usou da palavra o Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva** que, após cumprimentar os presentes, apelou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que pagasse o montante que falta pagar do relvado sintético do CDC de Macieira de Cambra, correspondente a 35mil euros. O apoio do Município de 75%, no Protocolo inicial foi muito grande, sendo uma comparticipação quase histórica devido ao valor elevado, mas atendendo a que o Clube vive um momento de grande dificuldade e para programar o futuro e ter uma estratégia de formação

2022.02.18

necessita deste problema resolvido. Trinta e cinco mil euros para o orçamento do Município, sabendo que existem apenas dois clubes com formação para futebol de onze, seria importante que este assegurasse esse valor e pagasse a totalidade do relvado, dando a oportunidade ao Clube de se afirmar no futuro. Apela também enquanto sócio daquele Clube. Sabe que muitos dirão que é um valor elevado, que outras associações também precisam, mas a verdade é que o Sr. Presidente tem a dotação quase totalmente preenchida nas Dairas, podendo-se celebrar um Protocolo juntamente com o CDC de Macieira de Cambra para que outras instituições, outros Clubes e outras Associações possam usufruir do relvado do CDC para justificar este investimento. -----

Terminou perguntando diretamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se vai ou não pagar o valor em falta de cerca de 35mil euros do relvado do CDC de Macieira de Cambra.-----

**Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, após cumprimentar todos os presentes, referindo:-----

- em resposta à Deputada Ana Rita Martins, quanto ao saneamento em Teamonde foi executado o que estava contemplado no projeto e estudo inicial. O que é para fazer a quotas diferentes tem de ser bem estudado, designadamente o encontro de caminhos alternativos, como recorrer a estações elevatórias, portanto, nos dias mais próximos não será possível responder afirmativamente a esta questão. Referiu esperar linhas de financiamento para estas infraestruturas (água e saneamento) no próximo Quadro Comunitário e PRR, acrescentando que é um assunto abordado também em sede de reuniões da Associação de Municípios Terras de Santa Maria. Há uma série de projetos que estão a ser desenvolvidos. Continuam a fazer expansão de rede.-----



- em resposta à Deputada Rosária Tavares: a quebra da taxa de natalidade não é um problema de fácil resolução. Há uma série de fatores como a pandemia, a recessão económica, o aumento do custo de vida sobre os quais a Câmara Municipal não tem capacidade de intervenção. Acrescentou que, gostaria de ver associado às sugestões apresentadas o respetivo estudo económico, porque tudo o que esta elencou traduz-se em encargos consideráveis. Referiu ainda, que algumas das medidas sugeridas já foram implementadas como sejam, ter a água mais barata da AMP, as águas residuais, alguns escalões já usufruem de refeições escolares gratuitas, aumento da rede de creche em articulação com as IPSS's, transportes gratuitos, programa de apoio à redução tarifária (transportes públicos), o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo que tem vindo a crescer em número de beneficiários, a implementação da Estratégia local de habitação (vão elaborar agora os projetos para as construções ali vertidas). A questão dos horários de trabalho e a compatibilização daquilo que é o desempenho laboral e a família, obviamente é uma questão que tem que ver com a entidade patronal, as empresas - o que não é regulado pela Câmara Municipal. Mas, é uma matéria que deve estar na primeira linha das preocupações do próximo governo, bem como dos Municípios naquilo que é a sua competência.-----

- em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra agradeceu as suas palavras, felicitou-o pela iniciativa e que a Câmara Municipal estará disponível em próximas edições para apoiar, mencionando concretamente a celebração dos 510 anos do Foral.-----

- em resposta ao Deputado João Carvalho, o assunto terá de ser devidamente analisado, tendo ficado devidamente registado o seu pedido. Mais informou de reunião tida há poucos dias com a Direção do CDC Macieira de Cambra. Dará nota futura dos desenvolvimentos.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,**  
deu início ao Período da ordem do dia.-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

**Ausentou-se do Salão, por momentos, o Deputado Municipal João Paulo  
Carvalho da Silva.-----**

**1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO  
MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO  
ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA  
CONHECIMENTO:** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel  
Pinheiro Paiva introduziu a apreciação do ponto, **concedendo a palavra ao Sr.  
Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** que fez  
uma explanação sobre o Projeto Holograma a decorrer naquele fim-de-semana.---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr.  
Presidente da Câmara Municipal, datada de 10/02/2022, acerca da atividade  
desta e da situação financeira do Município, no período de 1 de dezembro de  
2021 a 31 de janeiro de 2022.-----

**Regressou à sessão o Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva.-----**

**2. APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DE 2021 - DELIBERAÇÃO  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022:** O Senhor  
**Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** introduziu  
a apreciação do ponto 2, mencionando o Mapa de Demonstração de Fluxos de  
Caixa representativo do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021,  
distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

**Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas  
Soares Pinheiro e Silva,** referiu tratar-se da antecipação da incorporação no



Orçamento de 2022 do saldo de gerência do ano anterior, previamente a apresentação das Contas de 2021 a esta Assembleia Municipal.-----

**Usou da palavra a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins**, referindo saber que se trata de mera transição de dinheiro de um ano para o outro, mas uma coisa que verifica é que temos na conta corrente 8 milhões e 850 mil euros; já em 2020 passou-se para 2021 cerca de 8 milhões e em 2019 para 2020 cerca de 5 milhões, ou seja, está-se a amearhar dinheiro. Assim, perguntou se não seria melhor usar este dinheiro público parado, que não sabe para o que serve parado, e poderia ser usado para mais investimento ou mais resposta social, ou então abater a dívida, uma vez que esta é de dez milhões e se prevê que os juros vão subir, provavelmente assim já não pagavam tantos juros de dívida.-----

**Respondeu, de imediato, o Sr. Presidente da Câmara** que a senhora Deputada não tem razão no que diz, pois que parte deste dinheiro que transita de um ano para o outro está comprometido, não está disponível, é dinheiro que tem que ver com a não execução de obras em curso. Aludiu à dificuldade na execução de obra física, por conta da falta de trabalhadores nas empresas no mercado e a falta de materiais, perante a quantidade de obras lançadas a concurso. É um problema estrutural do País.-----

**Passou a palavra ao Vereador do Pelouro, António Alberto Almeida de Matos Gomes**, para esclarecimentos mais técnicos, referindo este que o facto de transitar dinheiro não quer dizer que o mesmo esteja disponível. Com a Lei das Finanças Locais, quando lançamos um procedimento/concurso temos de ter o dinheiro cabimentado para aquela obra, portanto se as mesmas passarem de um ano para o outro no caso obras de vulto (como o saneamento e o Centro de Artes), o valor é elevado não querendo contudo dizer que esteja na totalidade cativo, também há alguma liquidez.-----

O abatimento de juros é uma questão de gestão financeira, foi um assunto já discutido entre vereadores, e não faria sentido estar neste momento a abater dívida porque temos juros com taxa negativa. Se daqui a um ano necessitarmos de ir ao mercado corríamos o risco de financiar-nos a uma taxa mais elevada, o que nos iria retirar liquidez. Foi, portanto, uma opção ponderada.-----

**Usou da palavra, em intervenção complementar, a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins,** agradecendo os esclarecimentos. Após o que perguntou, se a execução está baixa, normalmente existe um caderno de encargos a cumprir com a respetiva execução, e que em falta de cumprimento é punível com multas. Quis saber se estas penalizações estão a ser aplicadas às empresas.-----

**Interveio de seguida, o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida,** referindo que as alternativas apresentadas pela Deputada Ana Rita são válidas, mas que dependem de decisão política e que, no final de dezembro'21, aprovaram o Orçamento e aí estiveram a alocar todas as receitas do ano a um conjunto de opções. Sabemos, aliás, como foi dito na altura, neste Município como em outros do País, em toda a humanidade, os recursos são escassos e limitados e as necessidades são sempre múltiplas e ilimitadas. Isso significa que temos de priorizar as nossas alocações de recursos. Poderiam ter tomado a decisão, por exemplo, de reduzir a dívida, mas passava também pela Deputada Ana Rita e pelo seu Grupo mas quando se votou o Orçamento não ouviram da sua parte e da parte do seu Grupo essa observação, crê até que se abstiveram, portanto, no fundo, aceitaram o Orçamento proposto. Relativamente ao abatimento da dívida, julga que no ano passado o Município pagou, pelo mapa de fluxos de caixa, 134.000,00€ de juros, isso significa que num capital em dívida média de 9 a 10 milhões de euros, uma taxa média de 1,3% ao ano. No contexto inflacionista que se começa a viver, no qual cada vez mais as despesas para



fazer a mesma obra são cada vez mais caras, com taxas de inflação que são superiores à taxa de juro, parece-lhe que é preferível optar pelo investimento. Agora, e também, no meio social em que vivemos, ainda atacado determinadas necessidades sociais o que tem sido feito com a redução de impostos, etc. -----

No que se refere ao problema do cumprimento de execução referiu ser comum a quase todos os Municípios no País e até o próprio Governo, à Administração Central. Vivemos uma crise financeira e do imobiliário entre 2008 e 2012 e isso fez com que a construção civil e as obras públicas também por questões orçamentais tenham caído abruptamente. Portanto, os trabalhadores dessas áreas tiveram que emigrar ou mudar de profissão e isso fez com que hoje haja, de facto, uma escassez de oferta. Por outro lado, a situação económica das contas públicas melhorou e o acesso a fundos comunitários, ou seja, aumentou a procura e a oferta não teve capacidade de resposta, o que fez com que seja difícil cumprir a execução daquilo que eram as receitas e as previsões.-----

**Em intervenção complementar a Deputada Ana Rita Fernandes Martins** esclareceu que se absteve, o que não quer dizer que concordasse com o Orçamento e deixou-o bem claro na última sessão, quando disse que aquele era o seu primeiro ano como Deputada e ainda se estava a adaptar, limitou-se a não votar contra, até porque o Executivo tinha tido um tão grande voto de confiança há apenas 3 meses e ela própria não tinha o conhecimento suficiente para saber se o voto contra era o melhor.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** aludiu aos prazos associados aos procedimentos, as prerrogativas na lei que permitem a sua prorrogação com a devida fundamentação técnico-jurídica, assim como as penalizações por incumprimento dos prazos contratuais ou outros. Ainda assim, esclareceu não ser

defensor da aplicação de penalizações, pois elas por si só não resolvem o problema da execução da obra e, provavelmente, só agravarão a situação de algumas empresas. Já no que se refere aos incumprimentos reiterados defende as penalizações a serem aplicadas sempre que se justifiquem e sempre que os serviços informem em conformidade.-----

**A Assembleia Municipal deliberou**, por maioria de 22 votos a favor, com 4 abstenções (dos Deputados do PSD: João Paulo Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Leite Tavares, Ana Rita Fernandes Martins e Daniel Alexandre Martins Barbosa), aprovar o Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa de 2021, conforme proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022.-----

**3. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DO ANO 2022 – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, introduziu o ponto proposto pela Câmara Municipal de Alteração Orçamental Modificava propondo a inclusão do Saldo de Gerência anterior e de acondicionamento da despesa e despesa orçamental previstos para a área da Educação.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, referiu que com a incorporação do saldo que transitou de 2021 é necessário fazer uma alteração ao Orçamento. Relembrou que à data de aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano tinham havido referencias a que algumas Rubricas tinham uma dotação baixa, agora com a incorporação deste saldo no Orçamento de 2022 elas surgem com uma dotação reforçada. Referiu algumas das verbas com maior relevo, a saber: transportes escolares; Associação de Municípios; refeições escolares; TGR - taxas gestão de resíduos; implementação de zonas industriais; arruamentos, viadutos e obras





complementares; Via de acesso à Senhora da Saúde; abastecimento de água e saneamento básico; ampliação do cemitério de Vila chã (50€ para 320.050,00€). Este saldo foi alojado em rubricas estratégicas de acordo com as necessidades e os pontos-chave e fulcrais para o desenvolvimento do Município.-----

**Interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida informando** que, a Bancada do CDS/PP vai votar favoravelmente esta Alteração Orçamental Modificativa, pelas mesmas razões que aprovou o Orçamento 2022, por ser coerente com as linhas de desenvolvimento estratégico que este Executivo tem vindo a levar a cabo nestes últimos 8 anos em funções. Também, porque tal como o Orçamento tem um relevante componente de investimento, havendo 1,5€ de investimento por cada 1€ de despesas correntes. Esta alteração ao Orçamento prende-se com a transição do saldo de gerência do ano passado, mas também tem que ver com uma transferência de cerca de um milhão de euros de uma receita e uma despesa referente à transferência de competências na área da educação, alocada a despesas correntes, obrigatórias, com o pessoal. Retirando esse milhão, se nos focarmos no saldo transitado, então nesse caso as despesas de investimento corresponderiam ao dobro das despesas correntes, ou seja, as despesas de investimento representariam mais de dois terços das previstas neste alteração. O voto favorável prende-se também com o facto de contemplar de forma transversal todo o território e todas as áreas ou funções, já referidas. Tal como o Orçamento esta Alteração Orçamental tem em si uma preocupação social e demográfica. Referiu-se ao problema da taxa de natalidade, mas também da taxa de mortalidade no Concelho, explicando aos presentes através dos últimos dados apurados, que entre os que nascem e os que morrem Vale de Cambra perde 100 pessoas por ano. É de privilegiar que esse saldo natural tem sido compensado com o saldo migratório verificado no Concelho, assim tem vindo a diminuir a perda de população e, em 2020, pela primeira

vez em duas décadas, a população de Vale de Cambra subiu 12 pessoas. Naturalmente é preciso criar condições para atrair pessoas ao Concelho e que outras não o abandonem, pois este saldo é apurado entre os que entram e os que saem. Referiu-se, de seguida, aos investimentos de cerca de um milhão de euros na habitação, concernente à Estratégia Local de Habitação e que vai contribuir não só no aspeto social para famílias desfavorecidas mas também para atrair ou não deixar pessoas sair do concelho. Respeita também o princípio basilar da equidade intergeracional.-----

Terminando, referiu que apercebeu-se que foi preocupação de um dos Vereadores da oposição na Câmara Municipal, com a sustentabilidade financeira, quer na apreciação do Orçamento quer desta Alteração Orçamental. Pensa que essa preocupação existia há 8 anos, há 7 ou 6 anos. Embora não diga que a Câmara está numa situação privilegiadíssima, fez referência ao documento divulgado já depois da última Assembleia – o *Ranking* da Situação Financeira dos Municípios (elaborado pela Universidade do Minho, pelo Tribunal de Contas e pela Ordem dos Contabilistas certificados), sendo que no *ranking* final Vale de Cambra está nos primeiros cem lugares, portanto está no melhor terço dos Concelhos do País em termos de eficiência financeira. Dos 96 Concelhos de média dimensão (entre 20 mil a 100 mil habitantes) Vale de Cambra está no 34.º portanto, de certo modo, também no melhor terço; sendo que em 2018 estava no lugar 76 e em 2019 no lugar 65, portanto além de estar numa situação boa tem vindo a melhorar. Mesmo num ano de pandemia em que tiveram de mostrar resiliência. São, portanto, resultados que o deixam confortável relativamente à sustentabilidade futura do nosso Município. -----

**No uso da palavra a Deputada Municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro** deu conta da intenção de voto contra esta Revisão Orçamental, que resulta no incremento significativo em termos global do orçamento, mas que continua a não



dar resposta às necessidades do Município. De forma resumida, aludiu a alguns pontos já mencionados na apreciação do Orçamento 2022 que a levou a votar contra, a saber: que com esta revisão continuam sem um plano estratégico; quanto ao saneamento a alteração orçamental continua sem contemplar o escalonamento do investimento e continua sem um plano de priorização face ao mesmo; relativamente à Cultura e ao Turismo continua a não prever um Plano de Programação Cultural que, nesta altura, já devia estar a ser implementado. Outro ponto que merece a crítica é a ausência de uma estrutura de captação de apoio e estímulo à indústria, que é o sector que mais contribui para as receitas da Câmara Municipal. Por fim, a Alteração Orçamental acaba por contemplar a transferência de competências mas sem qualquer tipo de estudo ou impactos sociais ou económicos calculados. Em suma, referiu que a Alteração Orçamental não faz face aos desafios futuros, por um lado continua a não prever a captação de investimento para o Município nem contempla uma estratégia sustentável do ponto de vista financeiro e, por outro lado, tenta corrigir estes défices com o saldo de gerência.-----

**Usou da palavra a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins** para tirar duas dúvidas: Primeiro, tendo somado as despesas e as receitas encontrou uma diferença de 500,00€, valor não muito significativo, mas não sabe se será um erro contabilístico; Segundo, perguntou se o Mapa de Pessoal não teria de ser votado antes desta Alteração. Foi de imediato esclarecida que não.-----

De seguida, afirmou aquilo que já havia referido na sessão anterior de que este Orçamento não tem uma estratégia de futuro, apenas há uma gestão corrente. No que se refere aos pagamentos cerca de 68% são questões operacionais, cerca de 26% é investimento e cerca de 6% é juros, área financeira. Mais uma vez se demonstra que dois terços é gestão corrente. Voltou a afirmar que não há por

parte deste Executivo uma estratégia de futuro e por isso, mais uma vez, vai abster-se nesta votação. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** referiu, quanto à ordem de agendamento, que já foi discutida na sessão anterior, e esta é a forma técnica correta de agendar os assuntos.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou esclarecimento ao Chefe da Divisão Financeira e do Património, Dr. Rui Valente,** que tomando da palavra agradeceu a chamada de atenção e confirmou que, na rubrica 02.01.02.01 “Gasolina”, consta dos documentos distribuídos 5.000euros quando deveriam ser 4.500euros, solicitando a toda a Assembleia Municipal a consideração da nova dotação para efeitos de aprovação da Alteração Orçamental Modificativa, podendo ser aprovada nestes novos termos. Nesta altura, **o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida** fazendo cálculo entre as receitas e as despesas ajudou a esclarecer que a despesa teria de aumentar em 500euros, passando a referida rubrica de 5.000 para 5.500,00 euros.-----

**Para esclarecimento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** frisou que a rubrica 02.01.02.01 “Gasolina” passaria então a ser dotada de 5.500euros no documento “Alterações Orçamentais da Despesa”, sendo que a Alteração Orçamental Modificativa iria ser votada nesses termos. Após o que concedeu novamente a **palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal,** o qual agradeceu à Deputada Ana Rita ter detetado o lapso, e ao Deputado Municipal José Soares ter explicado o sentido da correção.-----

Em relação ao que foi referido concernente à falta de estratégia, referiu não poder estar em maior desacordo pois não corresponde à realidade. O indicador referido pelo Deputado José Soares é revelador disso mesmo, uma crescente



recuperação da perda sistemática de população. Referiu-se a dois fatores primordiais para a fixação de população – a habitação e o emprego. A Câmara tem criado um maior número de incentivos que permitem às empresas e as pessoas viver melhor e ter melhores condições financeiras. Vale de Cambra tem empregabilidade, empresários extraordinários, *cluster* da metalomecânica. Contudo, para que as pessoas se fixem cá é preciso haver habitação. Vale de Cambra tem, no momento, cerca de 9 mil fogos devolutos, de propriedade privada. Não havendo a sua requalificação uma das saídas foi a construção, sendo que, nos últimos anos, tem havido alguns investidores que têm amenizado esta dificuldade. -----

No que se refere à Cultura e Turismo, referiu que são necessários planos para estas áreas, sendo que o de Turismo após elaboração do estudo estava já a entrar na fase de implementação e que foi suspensa devido à pandemia. Quanto ao Plano Estratégico para a Cultura está a ser trabalhado. -----

Tendo sido referenciada uma estrutura interna para a captação de investimento, admitiu que essa é uma lacuna que a Câmara Municipal tem, mas que estão previstos alguns investimentos consideráveis na área industrial no Concelho. Portanto, não se pode dizer que não existe captação de investimento e que o investimento não ocorre. O que está perspetivado para crescimento em termos empresariais, até poderá ser muitíssimo superior à capacidade de mão de obra disponível no Município, e eventualmente terão de recorrer a mão de obra externa, abrindo uma janela de oportunidade para se fixarem em Vale de Cambra.

No que se refere à Descentralização referiu que tem sido um processo mal conduzido, argumentando com a falta de informação prestada aos Municípios, o que o Governo admite pois veio prorrogar o prazo para aceitação das competências na Ação Social. Efetivamente não há estudos por parte do Governo

2022.02.18

em cada um dos sectores para disponibilizar aos Municípios. Não há conhecimento objetivo e total do que está envolvido nesta descentralização.-----

Terminou referindo que este Orçamento “procura chegar a todas as Freguesias, procura chegar a todo o Concelho, à infância, à idade sénior, procura olhar para o desporto, para a habitação, para a cultura”. Citou o grande investimento previsto para a habitação. Referiu-se ainda às preocupações ambientais; à proteção animal, aos espaços verdes e ao ambiente. Há uma transversalidade no Orçamento, que procura cobrir os pontos fortes mas também corrigir algumas fragilidades que possam existir.-----

**Intervenção de seguida, o Deputado Municipal João Carvalho da Silva,** para falar de assuntos estruturantes como o turismo, a cultura, o desporto e a educação. No que se refere ao Turismo referiu que foi feito um estudo mas que não vê resultados. É importante que os estudos, principalmente aqueles que são pagos, tenham resultados. Referiu que Vale de Cambra é o único Concelho do Entre Douro e Vouga que não tem capacidade para albergar um evento desportivo, pois não tem capacidade de alojamento, um hotel com 70 a 100 quartos, por forma a ser capaz de albergar um autocarro, por exemplo para os Turistas que vão visitar Arouca ou outras localidades fiquem em Vale de Cambra. Acrescentou que a pandemia não pode ser desculpa para tudo; foi má por um lado porque prejudicou milhares de famílias, mas por outro lado reduziu as despesas da Câmara Municipal, nomeadamente ao nível dos equipamentos públicos, portanto há mais dinheiro para investir em outros sectores importantes da sociedade. Não pode ouvir o Presidente de Câmara a dizer que o Governo faz um esforço e que deve ser muito doloroso, pois que o Governo está lá para governar e agora tendo uma maioria absoluta tem de fazer acontecer. Vai haver uma bazuca de milhões de euros que tem que ser bem aplicado. Entende que a descentralização é um embuste, como as pessoas não querem falar da



*[Handwritten signature]*

regionalização, está-se a criar um modelo que não funciona e que vai ser prejudicial no futuro.-----

Ao Deputado José Soares disse ter medo da imigração, no aspeto em que os imigrantes podem ser residentes temporários e não se chegarem a fixar definitivamente em Vale de Cambra. Portanto, os números da imigração não permitem fazer uma avaliação a longo prazo. Assim, entende ser sua obrigação enquanto Autarca, fazer com que os jovens se fixem em Vale de Cambra, que haja um aumento da taxa de natalidade e que haja habitação a custos controlados. É necessário habitação com rendas baratas e acessíveis para que os jovens optem por viver em Vale de Cambra e não vão para os concelhos vizinhos.

Referiu que a situação atual era expectável com o índice de envelhecimento, também com a pandemia, cujo impacto crê ainda será maior daqui a um ano ou dois, na descida brutal dos habitantes porque temos permanentemente pessoas envelhecidas a falecerem e, por outro lado, temos menos nascimentos, que será ainda mais agravada nos próximos anos.-----

Em relação à educação, referiu que existe claramente falta de profissionais qualificados no Município, mas porque também não há uma aposta clara na formação profissional. Antes de partir para o ensino superior é preciso ter uma formação profissional que funcione e vá de encontro às necessidades dos nossos empresários, afirmando que tem de ser o Município a assegurar isso em colaboração com as empresas, para formar profissionais que sejam adequados às empresas concelhias e não o contrário estar a formar trabalhadores que depois "exportamos a título gratuito". -----

Enumerou os 3 desafios para os próximos anos: fixar jovens; garantir melhor qualidade de vida para os seniores; melhor habitação para todos. -----

2022.02.18

Referiu ainda a necessidade de uma aposta clara na Cultura. Afirmou que não se podem fazer estudos sem resultados, no caso do turismo os resultados teriam de se refletir em mais pessoas a frequentar Vale de Cambra, tem que significar mais consumo e mais pessoas cá durante o fim de semana e durante a semana para nos visitar. Se não, serão estudos de circunstância, que não passam de demagogia política. -----

**Usou da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida** esclarecendo que, quando se referiu ao saldo migratório, falava naturalmente dos que entram, quer sejam estrangeiros ou nacionais. Pensa que se vierem para cá residir pessoas até de Concelhos vizinhos, haverá uma maior tendência de se fixarem cá.-----

Referiu entender que se devem dividir as decisões tomadas, entre medidas públicas e medidas privadas. No que se refere, às medidas privadas pode a Câmara ou o Governo, criar estímulos, mas que a iniciativa tem de ser privada, como o caso da construção de um hotel. Tem é de se dar boas condições para a sua construção. Há outras medidas que podem ser de decisão pública e que, nos últimos anos, têm sido tomadas e por isso a situação tem vindo a inverter-se ao nível da evolução da população. Comparando Vale de Cambra com os concelhos vizinhos, a nível fiscal e de impostos que resultam de decisão do Município, este tem a melhor carga fiscal da Área Metropolitana do Porto, citou: a taxa mínima de IMI, com desconto pelo número de descendentes (estímulo à natalidade); a taxa de devolução de IRS de 2% (a melhor da região); o preço da água e saneamento (o mais baixo da AMP, 2.º mais baixo do Distrito); abaixamento das taxas de construção. Referiu ainda que Vale de Cambra, dos 17 Concelhos da AMP, tem o o quarto rendimento do trabalho médio mais elevado. Este executivo tem cumprido o seu papel e criado condições para que possam ser atraídas as pessoas.-----





Referente ao ensino profissional, existe em Vale de Cambra como em outros lados, seja a nível médio como ao nível superior, sendo o Município um dos parceiros da FORESP, existindo condições para cursos de especialização tecnológica e os cursos técnicos superiores especializados.-----

Vale de Cambra é também um dos Concelhos mais seguros do norte do País e que tem a taxa de desemprego mais baixa.-----

**No uso da palavra, em intervenção complementar, o Deputado Municipal João Carvalho da Silva** afirmou que os hotéis obviamente são de iniciativa privada, mas que o Presidente da Câmara Municipal enquanto embaixador de Vale de Cambra tem a obrigação de ir à procura de investimento, à semelhança do que faz o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira todos os anos, vai a uma série de Países pelo mundo procurando investimento. Um Presidente de Câmara não é só para gerir o dinheiro público, mas também para nos representar deste ponto de vista. Pensa que qualquer Deputado estaria na disposição de o acompanhar numa procura de mercado de pessoas interessadas em investir em Vale de Cambra. Depois é também necessário ter condições ao nível da construção para que isso aconteça, pois que o m2 em Vale de Cambra é caríssimo. Referindo-se à baixa de impostos mencionada pelo Deputado José Soares, disse que era o que faltava que um concelho de baixa densidade populacional, dos mais pequenos da AMP tivesse os impostos mais altos. Isso não nos deve orgulhar, quem nos dera ter condições para ter uma carga de impostos mais elevada que garantisse uma rede de água e saneamento mais eficiente, uma rede de transportes públicos que funcione e que exista pois Vale de Cambra não tem. Quando o Deputado fala nessas percentagens há que ter noção que somos entre 19 mil a 20 mil habitantes e que não nos podemos comparar nunca a um Concelho como Santa Maria da Feira com 140 mil. Por exemplo, há pouco referiu o relvado sintético do CDC. A Câmara Municipal de Santa Maria da

2022.02.18

Feira pagou 50% de 30 relvados sintéticos. Obviamente Vale de Cambra tem apenas dois campos de futebol de onze, portanto, é uma realidade completamente diferente.-----

Quando falou em estratégia, não quis dizer que o Município não faz um esforço, mas que é possível fazer mais e melhor e cabe a todos, não só ao Presidente da Câmara, dar algumas pistas importantes para colmatar os problemas. Problemas tais como o problema demográfico. Sabe o que o Deputado José Soares quis dizer quando falou em imigração, quem dera viessem 100 casais de Arouca ou Oliveira de Azeméis para Vale de Cambra, mas à semelhança do que acontece por exemplo na Suíça os nossos emigrantes têm o objetivo de voltar. Portanto, falou da sua preocupação de que as pessoas que venham para cá, mais tarde, voltem ao seu País de origem e não haja uma fixação permanente de população.-

Terminando acrescentou que, Vale de Cambra é um Município do interior do litoral. Não podemos meter na cabeça que estamos longe de tudo. Temos de agarrar oportunidades. Se não o fizermos vamos passar por grandes dificuldades no futuro. Em termos populacionais temos a dimensão da freguesia de São João de Ver, que tem 11 mil habitantes. Do ponto de vista demográfico estamos a passar graves dificuldades e temos de saber encontrar soluções e pressionar o Governo também para arranjar essas soluções para poder evoluir e crescer, também para dar mão de obra qualificada às indústrias.-----

**Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal** referindo que algumas das questões do Sr. Deputado João Carvalho foram já respondidas pelo Deputado José Soares, a quem agradeceu.-----

Quando se fazem estudos, obviamente espera-se que deem frutos. No que se refere ao Plano de Turismo, quis o destino que a sua implementação coincidissem com a pandemia, mas que não usou isso como desculpa por tudo o que acontece.



Mais à frente o Sr. Deputado falou que muito da crise do País se deve à situação pandémica portanto, no fundo, acaba por confirmar que há aqui alguma ligação àquilo que inicialmente dissera.-----

Mais uma vez referiu que a construção de um hotel não depende da Câmara Municipal. Agradeceu brincando a “sugestão que deu de passear pelo mundo”, que as viagens terão lugar quando e se se justificarem, pois não tem por princípio gastar dinheiro do erário público de forma desnecessária e sem justificação. Será feito tudo o que possa ser feito para cativar investimento, trazer empresas para Vale de Cambra, trazer um hotel para Vale de Cambra. -----

Acerca da formação profissional disse que este assunto foi amplamente debatido neste fórum, dando conta do trabalho feito em articulação com a AMP, as estruturas da educação, por forma a adequar a formação profissional às necessidades dos vários Concelhos, cada um com a sua especificidade. E, foi a primeira vez que a DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimento de Ensino) fez lecionar em Vale de Cambra aquilo que era a vontade dos empresários e da Escola. A própria FORESP tem também melhorado a formação profissional. Depois também há a considerar a apetência e a vontade dos alunos em se matricularem nos cursos profissionais e, muitos não querem. -----

Tudo o que possa ser feito em prol do desenvolvimento de Vale de Cambra deve ser feito, mas não podemos cair em demagogias, em irrealismos e em coisas que não sejam exequíveis e financeiramente sustentáveis.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** deu conta da distribuição aos líderes de bancada do Documento com a verba retificada, agradecendo ao Dr. Rui Valente a forma expedita como o fez, bem como à Deputada Ana Rita Martins por ter alertado para a situação que permitiu a

correção do erro. Após o que colocou o assunto a votação com a referida retificação.-----

**A Assembleia Municipal deliberou**, com 17 votos a favor, 4 votos contra (dos Deputados do PS Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e Joana Patrícia Bessa de Almeida, e 5 abstenções (dos Deputados do PSD João Paulo Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Leite Tavares, Ana Rita Fernandes Martins e Daniel Alexandre Martins Barbosa; e do Deputado do PS Victor de Sousa Tavares), aprovar a primeira Alteração Orçamental Modificativa, consubstanciada nos documentos apresentados (Alterações Orçamentais da Despesa, Alterações às Grandes Opções do Plano e Alterações Orçamentais da Receita), nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022, com a retificação efetuada ao Documento "Alterações Orçamentais da Despesa", na sua rubrica 02010201 Gasolina, coluna "Inscr./reforços", passando a dotar a mesma do valor de 5.500,00€.-----

**Ausentaram-se do salão, os Deputados do PSD, João Paulo Carvalho da Silva e Rosária de Fátima Leite Tavares.**-----

**4. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, introduziu a apreciação da Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022, aditando-lhe postos de trabalho em razão das necessidades elencadas.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou a explanação do ponto ao **Vereador do Pelouro, José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho** que, de imediato, tomou da palavra referindo que este assunto está propositadamente



agendado depois do ponto 3, por implicar custos que convém já estarem aprovados. -----

No que se refere ao Mapa de Pessoal esclareceu que, foi feito um trabalho exaustivo, transparente, pois foram consultados todos os serviços quanto às necessidades existentes, após o que foi feita uma triagem dos pedidos e hierarquizados os mesmos de forma a inserir no mapa as necessidades que o executivo entende mais urgentes. Foi tido em conta o facto de que alguns trabalhadores do Município estão perto da reforma, o que foi acautelado. Ainda estão a prestar serviço mas já foram acauteladas as vagas para serem supridos em devido tempo. Também na questão da transferência de competências foram acautelados 106 colaboradores que já estão a prestar serviço no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde, e que vão passar para o Município. Referiu-se ainda à manutenção das escolas e do Centro de Saúde que também implicam um reforço do Mapa para esse fim. -----

**Interveio o Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho** lembrando as observações feitas em dezembro aquando da aprovação do Orçamento e Mapa de Pessoal para 2002, que dispensou voltar a referir. Acrescentou que, no corrente dia, não sabe ainda esta Assembleia Municipal quem é quem, em cada uma das nove Divisões da Câmara Municipal. O Mapa de Pessoal sofre de uma total indefinição pelo que não se consegue fiscalizar adequadamente o mesmo. Assinalou, contudo, uma referência positiva no que se refere à criação do lugar de Coordenador Municipal de Proteção Civil.-----

**Usou da palavra, de seguida, a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins**, colocando a seguinte questão: no último quadro (constante do Mapa de Pessoal), onde se refere “Postos de trabalho a ocupar em 2022” tinha 143, sendo

2022.02.18

que 106 serão da descentralização e que 13 já estavam previstos em dezembro no Mapa aprovado à data, quer dizer que 37 estão a ser colocados agora?-----

Referindo-se à intervenção do Sr. Vereador de que as necessidades foram vistas com tempo, contra argumentou a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Rita que não é isso que verifica, dado que os e-mails enviados para os Chefes de Divisão e Vereadores, o foram salvo erro, no dia 10, pelas oito da noite, sendo que as respostas são dadas no dia seguinte, indo posteriormente no dia 14 a reunião de Câmara Municipal para aprovar, o que lhe parece claramente muito em cima da hora. Se isto é uma necessidade para o ano de 2022, perguntou porque não foi pensado e feito em dezembro e contemplados estes recursos humanos no Mapa de Pessoal aprovado em dezembro.-----

Solicitou que os documentos distribuídos em formato digital tenham mais qualidade, pois é muito difícil ler os quadros.-----

Acha tudo muito estranho nesta altura. Questionou ainda se o valor que corresponde ao recrutamento de pessoal no valor de um milhão cento e noventa e sete mil euros, é o que estão a pensar gastar neste ano, ou no mandato todo com estes 37 novos lugares.-----

**Respondeu o Sr. Vereador José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho:**-----

- relativamente à questão do Deputado Jorge Tiago, a apresentação do Mapa de Pessoal tem sido sempre este, vai averiguar se esta é mesmo a forma mais correta ou não.-----

- com respeito à questão da Deputada Ana Rita Martins, disse que há um equívoco, efetivamente os e-mails são de 11 ou 12 de janeiro, mas o assunto foi a reunião de Câmara apenas na passada semana, portanto foi mais ponderado, discutido e analisado. Foi precisamente a essa reunião de Câmara pela questão financeira, razão pela qual está agora aqui presente, pela incorporação do saldo



de gerência e conseqüentemente se ter conseguido inserir estes recursos humanos da descentralização. Criaram estes lugares no mapa numa perspectiva de futuro; há pessoas a sair e a entrar, áreas onde há maior investimento, designadamente na questão das transferências de competências que vai exigir a contratação de mais dois Técnicos Superiores na Área da Educação. Esclareceu que os custos com os 37 colaboradores são de cerca de 227 mil euros, o restante será decorrente da transferência de competências. Contudo, não poderá saber se conseguirão contratar estas pessoas ou não, até porque os concursos têm os seus *timings*, muito morosos, também pela falta de mão de obra.-----

**Usou da palavra, em intervenção complementar, a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins**, afirmando concordar com a renovação de quadros e contratação de mais recursos por forma a fazer um melhor trabalho em prol dos Municípes. -----

Uma vez que foi já informada que não foi feito nenhum estudo para se perceber o impacto desta transferência de competências da educação, questionou se no caso dos 37 colaboradores foi feito algum estudo. Tendo **o Sr. Vereador do Pelouro** respondido que sim.-----

**A Assembleia Municipal deliberou**, com 17 votos a favor, 4 votos contra (dos Deputados do PS Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e Joana Patrícia Bessa de Almeida), e 3 abstenções (dos Deputados do PSD Ana Rita Fernandes Martins e Daniel Alexandre Martins Barbosa; e do Deputado do PS Victor de Sousa Tavares) aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022.-----

**Ausentou-se definitivamente da sessão, o Deputado Municipal do PS, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.**-----

**5. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 2.º GRAU - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu a apreciação do ponto, de acordo com a documentação distribuída, concedendo de imediato a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** esclareceu que, com a alteração ao organograma, no momento, há a necessidade de abertura dos procedimentos concursais para Recrutamento, Seleção e Provimento de Cargos Dirigentes Intermédios de 2.º Grau, para fazer face à nova organização. Tal como acontece com os Cargos Intermédios de 3.º grau a apreciar no ponto seguinte. Trata-se de um pedido exposto de abertura dos procedimentos, bem como a composição do Júri a quem competirá avaliar as candidaturas aos lugares. -----

**O Vereador do Pelouro, José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho,** esclarecendo que, no caso em apreço, o que terá de ser votado é a aprovação do Júri dos procedimentos, que foi selecionado de acordo com a Lei, ou seja, o reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. -----

**Interveio o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida,** referindo não conhecer as pessoas em termos pessoais, pelo que não se pode expressar quanto ao seu perfil humano, mas pelo que leu dos seus currículos parecem pessoas com grande experiência e certamente mérito. O perfil académico de todos é muito desenvolvido, têm uma grande carga de formação profissional e um currículo de experiência profissional elevada. Vêm de vários pontos do Norte, e julga garantirão isenção neste processo, que é sempre complicado e sensível.-----





Nos termos da competência que lhe é conferida pelo artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 19 votos a favor, com 3 votos contra (dos Deputados do PS Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e Joana Patrícia Bessa de Almeida) e 1 abstenção (do Deputado do PS Victor de Sousa Tavares), designar os seguintes Júris para os respetivos procedimentos concursais de recrutamento, seleção e provimento de Cargos Dirigentes Intermédios de 2.º grau, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022:-----

**- Para a Divisão Administrativa, Jurídica e de Recursos Humanos:-----**

Presidente do Júri: Eng. Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr. Alberto José Teixeira; -----

2.º Vogal Efetivo: Dr.ª Maria Nazaré Ferreira Martins; -----

1.º Vogal Suplente: Dr.ª Sandra Isabel Silva Melo de Almeida; -----

2.º Vogal Suplente: Dr.ª Isabel Cristina Neves Simões. -----

**- Para a Divisão da Ação Social e Educação: -----**

Presidente do Júri: Dr. António Fernando Mesquita Barbeitos; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr. Quintino Ferreira Pinto; -----

2.º Vogal Efetivo: Dr.ª Sandra Isabel Silva Melo de Almeida; -----

1.º Vogal Suplente: Eng.ª Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo; -----

2.º Vogal Suplente: Dr.ª Maria Nazaré Ferreira Martins. -----

**- Para a Divisão da Cultura, Desporto e Turismo: -----**

Presidente do Júri: Dr. António Fernando Mesquita Barbeitos; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr. Quintino Ferreira Pinto; -----

2.º Vogal Efetivo: Arq.<sup>a</sup> Cristiana Maria Dias Justo de Moraes Caldas; -----

1.º Vogal Suplente: Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina Neves Simões; -----

2.º Vogal Suplente: Dr.<sup>a</sup> Sandra Isabel Silva Melo de Almeida -----

**- Para a Divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbana: -----**

Presidente do Júri: Dr. António Fernando Mesquita Barbeitos; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr.<sup>a</sup>

Isabel Cristina Neves Simões; -----

2.º Vogal Efetivo: Eng.<sup>a</sup> Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo; -----

1.º Vogal Suplente: Dr. Quintino Ferreira Pinto; -----

2.º Vogal Suplente: Arq.<sup>a</sup> Cristiana Maria Dias Justo de Moraes Caldas. -----

**- Para a Divisão de Obras Particulares: -----**

Presidente do Júri: Dr. António Fernando Mesquita Barbeitos; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr.<sup>a</sup>

Isabel Cristina Neves Simões; -----

2.º Vogal Efetivo: Arq.<sup>a</sup> Cristiana Maria Dias Justo de Moraes Caldas; -----

1.º Vogal Suplente: Dr. Quintino Ferreira Pinto; -----

2.º Vogal Suplente: Dr. Alberto José Teixeira. -----

**- Para a Divisão de Obras Municipais e Equipamentos: -----**

Presidente do Júri: Eng. Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos:

Arq.<sup>a</sup> Cristiana Maria Dias Justo de Moraes Caldas; -----

2.º Vogal Efetivo: Eng.<sup>a</sup> Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo; -----

1.º Vogal Suplente: Dr. Alberto José Teixeira; -----

2.º Vogal Suplente: Dr.<sup>a</sup> Maria Nazaré Ferreira Martins. -----

**- Para a Divisão do Ambiente e Serviços Urbanos: -----**

Presidente do Júri: Eng. Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa; -----



1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr. Quintino Ferreira Pinto; -----

2.º Vogal Efetivo: Dr.ª Sandra Isabel Silva Melo de Almeida; -----

1.º Vogal Suplente: Dr. Alberto José Teixeira; -----

2º Vogal Suplente: Eng.ª Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo. -----

- Para a Divisão de Gestão Florestal e Veterinária: -----

Presidente do Júri: Dr. António Fernando Mesquita Barbeitos; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr.ª Isabel Cristina Neves Simões; -----

2.º Vogal Efetivo: Eng.ª Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo; -----

1.º Vogal Suplente: Dr.ª Sandra Isabel Silva Melo de Almeida; -----

2.º Vogal Suplente: Arq.ª Cristiana Maria Dias Justo de Morais Caldas."-----

**6. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022: O**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu a apreciação do ponto, de acordo com a documentação distribuída, concedendo de imediato a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** escusou-se adiantar mais, pois já havia sintetizado no ponto anterior o objeto da deliberação.-----

**No uso da palavra o Sr. Vereador do Pelouro, José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho,** prestou um esclarecimento adicional: neste caso, para além da definição do Júri, a Assembleia Municipal tem também de definir as competências, a área, os requisitos de recrutamento e a remuneração.-----

**Nos termos da competência que lhe é conferida pelo artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, conjugada com o disposto**

no n.º 4 do artigo 2.º do Anexo I do novo Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 19 votos a favor, com 3 votos contra (dos Deputados do PS Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e Joana Patrícia Bessa de Almeida) e 1 abstenção (do Deputado do PS Victor de Sousa Tavares), designar os seguintes Júris para os respetivos procedimentos concursais de recrutamento, seleção e provimento de Cargos Dirigentes Intermédios de 3.º grau, bem como definir as competências, a área, os requisitos de recrutamento e a respetiva remuneração, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022:-----

**Procedimento Concural A (DAJRH)** -----

Presidente do Júri: Eng. Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr. Alberto José Teixeira; -----

2.º Vogal Efetivo: Dr.ª Maria Nazaré Ferreira Martins; -----

1.º Vogal Suplente: Dr. Quintino Ferreira Pinto; -----

2.º Vogal Suplente: Arq.ª Cristiana Maria Dias Justo de Moraes Caldas. -----

**Procedimento Concural B (DASE)** -----

Presidente do Júri: Eng. Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa; -----

1.º Vogal Efetivo que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos: Dr. Alberto José Teixeira; -----

2.º Vogal Efetivo: Dr.ª Sandra Isabel Silva Melo de Almeida; -----

1.º Vogal Suplente: Eng.ª Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo; -----

2.º Vogal Suplente: Dr.ª Isabel Cristina Neves Simões. -----

**Definição das competências, área, requisitos do recrutamento e remuneração:** -----



Os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados, nos termos do artigo 7.º do Anexo I do Regulamento dos Serviços, de entre trabalhadores do Município ou recrutados no exterior, licenciados, dotado de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam cumulativamente, os seguintes requisitos: -----

**A- Dirigente intermédio de 3.º grau da Unidade de Recursos Humanos, no âmbito da Divisão de Administrativa, Jurídica e de Recursos Humanos (DAJRH) – licenciatura nas áreas de estudo e formação de Psicologia, Gestão, Administração Pública /Autárquica, Direito e Segurança e Higiene no Trabalho para o exercício das atribuições e competências previstas no n.º 12 do artigo 15.º do Regulamento dos Serviços; -----**

**B- Dirigente intermédio de 3.º grau da Unidade de Ação Social, Saúde e Idade Maior, no âmbito da Divisão da Ação Social e Educação (DASE) - licenciatura nas áreas de estudo e formação de Psicologia, Sociologia, Ciências Sociais e do Comportamento, Serviço Social para o exercício das atribuições e competências previstas no n.º 4 do artigo 17.º do Regulamento dos Serviços; -----**

Os procedimentos concursais são objeto de aviso de abertura a ser publicado em Diário da República, num jornal de expansão nacional e publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), em local especialmente dedicado a concursos para cargos dirigentes, durante dez dias, com indicação dos requisitos formais e o perfil exigido e da deliberação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a composição do júri e respetivos métodos de seleção, avaliação curricular e entrevista pública, tal como previsto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua redação atual. Cabe ao júri a determinação das ponderações dos critérios de seleção e respetiva densificação. -----

2022.02.18

O procedimento concursal de cargos dirigentes é urgente e de interesse público, não havendo lugar à audiência dos interessados, de acordo com o n.º 13 do Art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação em vigor. -----

Findo o procedimento concursal, o júri elaborará proposta de nomeação com a indicação das razões da escolha do candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos, nos termos do n.º 6 do Art.º 21.º do mesmo diploma legal

O despacho de nomeação é proferido pelo Presidente da Câmara, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por igual período, produzindo efeitos à data do despacho, salvo se outra for expressa. -----

O despacho de nomeação devidamente fundamentado deve ser publicado em Diário da República com uma nota relativa ao curriculum académico e profissional do designado. -----

Os candidatos aos cargos de direção intermédia de 3.º grau devem ainda considerar os seguintes requisitos: -----

1. Serem detentores de habilitações académicas ao nível da licenciatura ou superior; -----
2. Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a habilitação referida na alínea anterior; -----
3. Formação adequada ao exercício de funções no cargo a prover. -----

O métodos de seleção, a concretizar pelo júri designado para o efeito, serão a avaliação curricular e a entrevista pública de acordo com a seguinte fórmula: -----

$CF = AC \times 40\% + EPS \times 60\%$  -----

Sendo que: -----

CF= Classificação final -----

AC= Avaliação Curricular -----

EPS= Entrevista Pública de Seleção -----



A densificação dos métodos de seleção é efetuada pelo júri do procedimento, obedecendo à fórmula anterior. -----

A remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau, corresponderá à 5.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, a que corresponde uma remuneração de 1 841,26 €, nos termos do n.º4 do art.º 2.º do Anexo I do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais de Vale de Cambra, sendo, no entanto, possível, a opção pela posição remuneratória na carreira de origem. -----

**Regressaram à sessão, os Deputados do PSD, João Paulo Carvalho da Silva e Rosária de Fátima Leite Tavares.**-----

**7. ISENÇÃO DE TAXAS DIVERSAS, PELO PERÍODO DE 5 MESES, COM PRODUÇÃO DE EFEITOS A 1 DE JANEIRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 11/01/2022, DE ACORDO COM A COMPETÊNCIA CONFERIDA PELO N.º 1, DO ARTIGO 6.º DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto em título, de acordo com a documentação distribuída, concedendo de imediato a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.**-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que, no seguimento da situação de pandemia, tendo a preocupação de apoiar os comerciantes, propõe-se um período de isenção do pagamento de taxas.**-----

**No uso da palavra o Sr. Vereador do Pelouro, André Agostinho Martins da Silva, de forma resumida, explicou que existia uma medida de exceção no âmbito do COVID, que terminou em dezembro. Nessa mesma altura, iniciaram-se as obras de beneficiação do Mercado Municipal o que criou alguns problemas de**

2022.02.18

mobilidade e de estacionamento, pelo que entenderam lançar uma nova medida de não cobrança de taxas para os estabelecimentos localizados no mercado, entendendo ainda que essa medida era importante tanto para os feirantes, como para a Feira de Velharias. Assim, a proposta é de isenção durante 5 meses, por forma a promover o comércio local.-----

**Interveio o Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva** referindo que, claramente a isenção é vantajosa, é uma ideia inteligente. Acaba por ser um estímulo ao consumo, pelo que votará a favor. -----

Questionou se está planeada alguma obra de fundo para o largo da feira quinzenal, porque muitos feirantes se queixam das condições naquele espaço, sobretudo ao nível da iluminação e escoamento das águas pluviais. Mencionou ter até recebido vídeos que comprovam a falta de condições. Ao longo dos anos foram perdendo feirantes, pelo que entende importante uma reestruturação e requalificação do espaço, até de forma a ser um local multiusos (por exemplo, estacionamento e realização de eventos culturais), porque é um espaço grande e no centro da cidade. Se estiver programada a obra, tem todo o seu apoio.-----

**Usou da palavra a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins** referindo concordar com esta isenção. É positivo tudo o que possa fazer para apoiar o comércio mas, que mais trabalho pode ser feito a jusante, deixando a seguinte sugestão: criar uma plataforma de *e-commerce* (semelhante ao “prove” em Oliveira de Azeméis) para promover os produtos da terra e dos pequenos agricultores, por forma a que as pessoas possam receber os produtos mais biológicos e no seu próprio lar.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que, obviamente, seria desejável que duma penada se conseguissem fazer todas as coisas que hoje aqui foram referidas, mas *“Roma e Pavia não se fizeram num dia”*. Começaram com a





requalificação do mercado, de seguida avançaram para a requalificação da envolvente do mercado atualmente em execução, e estão a avançar no projeto para a requalificação do espaço da Feira quinzenal. Concorda que o espaço seja polivalente (estacionamento, eventos, feiras temáticas), indicação que já foi dada, uma vez que a feira tem lugar apenas dois dias por mês. O espaço será potenciado logo que existam condições para o efeito.-----

Quanto à questão da Deputada Municipal Ana Rita Martins, referiu que a plataforma pode ter interesse e ser estudada. A questão dos produtos endógenos tem de ser trabalhada, porque a agricultura teve uma preponderância importante no Concelho, assim como os lacticínios e também o vinho verde, mas que entraram em declínio surgindo, em contra-ciclo, produções de bagas, frutos vermelhos, cogumelos, hidroponia, produtos para os quais não tem havido dificuldade de escoamento. Estarão atentos para se houver dificuldade dar apoio mas, de momento, não há necessidade de intervenção. Contudo, a valorização desses produtos é importante, referindo como exemplo a “broa de Paraduça”, haverá necessidade de fazer mais alguma coisa para a promover. Associar a existência destes produtos e comercializar a marca Vale de Cambra ou Vale Mágico, seria interessante para o desenvolvimento de Vale de Cambra. -----

**De seguida, o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida** referiu concordar com a isenção, é uma proposta inteligente e oportuna.-

Sobre a feira e, em termos pessoais, entende ser um elemento histórico em Vale de Cambra, pela sua antiguidade, diria até que é património intangível do Concelho, pelo que deve ser preservada. Pensa que se devem melhorar as condições para os feirantes no máximo possível, mas os feirantes também vêm de fora e estão a fazer concorrência ao nosso comércio local, e não podemos criar condições melhores para os que vêm de fora do que para os que estão cá

estabelecidos, para quem paga aqui impostos e que estão aqui todo o ano, nos momentos bons e nos momentos difíceis. Refere-se à feira e não ao mercado, pois acha que este deve ser apoiado no máximo, e sabe que o Vereador André Silva está empenhado em melhorar essas condições. Mas relativamente à feira não podemos estar a criar distorções de concorrência com aqueles que são os nossos.-----

**Tomando da palavra o Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva** referiu discordar com o Deputado José Soares, pois que ninguém está a pedir a construção de um prédio para os feirantes, mas a pedir que hajam condições mínimas para estes; não temos só feirantes de fora, temos feirantes de cá, e os Valecambrenses frequentam a feira e seria, também, um estímulo ao comércio local, pois que muitas pessoas vêm a Vale de Cambra duas vezes por mês coincidente com o dia de feira acabando por fazer as suas compras no comércio local depois de se deslocarem à feira. Está apenas a pedir obras de requalificação que garantam condições mínimas aos feirantes, não pediu uma obra megalómana.-----

Percebeu que, quando houver condições financeiras, a requalificação será feita.---

**De acordo com a competência conferida pelo n.º 1, do artigo 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, a Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade dos 25 membros presentes, isentar das taxas no âmbito da Feira de Velharias, Feira Quinzenal, Mercado Municipal e Ocupação Acidental (feiras), com efeitos a 1 de janeiro de 2022 e pelo período de cinco meses, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 11 de janeiro de 2022.-----

**8. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA REFERENTE À UTILIZAÇÃO DE 2 LUGARES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO UTILIZADOS PARA POSTO DE**



**CARREGAMENTO PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS (JUNTO À BIBLIOTECA MUNICIPAL), NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A MOBI.E, S.A. - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto em título, de acordo com a documentação distribuída.**-----

**Ausentou-se da sessão, por momentos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, ficando a representar a Câmara Municipal o Senhor Vice-Presidente António Alberto Almeida de Matos Gomes.**-----

**Concedida a palavra ao Vereador do Pelouro, José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, explicou que o processo com a MOBI.E até foi iniciado com o Sr. Vice-Presidente, de acordo com o Plano que esta tinha para dotar o País com postos de carregamento elétricos foi celebrado o Protocolo. Esta isenção está plasmada no Protocolo mas faltava a aprovação da Assembleia Municipal que é o Órgão competente para o efeito. Está previsto na próxima revisão ao Regulamento de Trânsito esta menção, por forma a fomentar a mobilidade elétrica, alargando estas infraestruturas a outras freguesias até por questões turísticas, para criar melhores condições para a mobilidade elétrica.**-----

**Interveio a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins referindo entender por bem todas as iniciativas que contribuam para a descarbonização. Perguntou se a Câmara Municipal tem algum plano ou estratégia de descarbonização. E se sim, quais as iniciativas previstas.**-----

**Respondeu o Sr. Vereador José Pinho que a estratégia da descarbonização, defendida pelo Sr. Presidente da Câmara, envolve também a questão da mobilidade em modos suaves com a implantação de ciclovias em todo o concelho e pequenas atividades no dia-a-dia, como o concurso de resíduos e limpeza**

2022.02.18

urbana que veio fomentar o uso de equipamentos elétricos. Quanto à mobilidade elétrica a própria Câmara Municipal criou quatro postos de carregamento e a intenção é aumentar.-----

**Tomando da palavra o Sr. Vice-Presidente, António Alberto Almeida de Matos Gomes**, acrescentou que vai para além da mobilidade, pois que nos edifícios públicos houve melhorias ao nível da iluminação, também na iluminação pública foi feito um grande investimento para lampadas *led*; adquiriram-se também viaturas elétricas para os serviços mas que ainda não foram entregues; na piscina municipal foi feito um investimento em painéis por forma a reduzir o consumo de gás natural, na Biblioteca a mesma coisa, assim como no Centro Coordenador de Transporte ao nível da iluminação.-----

Durante a apreciação do ponto, **o Deputado Municipal Daniel Alexandre Martins Barbosa** saiu do salão, não estando presente na altura da votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 21 votos a favor com 3 abstenções (dos Deputados do PS Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes e Joana Patrícia Bessa de Almeida), isentar do pagamento da taxa de utilização de dois lugares de estacionamento público afetos a posto de carregamento para veículos elétricos (junto à Biblioteca Municipal), no âmbito do Protocolo celebrado entre o Município e a MOBI.E, Mobilidade Elétrica SA, nos termos e fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022.-----

**Reentrou o Deputado Municipal Daniel Alexandre Martins Barbosa.**-----

**Reentrou na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, assumindo a representação da Câmara Municipal.**-----

**9. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TRANSPORTES ESCOLARES E ATIVIDADES DE**



**ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E AS FREGUESIAS DE ARÕES, CEPELOS E RÔGE - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu a apreciação do ponto em título, de acordo com a documentação distribuída.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** esclareceu que os acordos a celebrar com as Freguesias carecem de aprovação da Assembleia Municipal. Acrescentando que os mesmos têm como objeto assegurar os circuitos especiais de transportes e no caso da Freguesia de Arões também os recursos humanos para as Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar. Já tinham sido celebrados em anos anteriores, e mantêm-se agora nestes termos para assegurar estes serviços.-----

**A Assembleia Municipal deliberou,** por unanimidade dos 25 membros presentes, autorizar a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias de Arões, Rôge e Cepelos, no âmbito da realização dos circuitos especiais de transporte escolar, bem como da disponibilização de recursos humanos para as Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar à Junta de Freguesia de Arões, nos termos e condições da proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro, e com fundamento no Cabimento n.º 20, de 04/01/2022. Ficam aprovadas as minutas dos respetivos Contratos, cuja cláusula 9.ª revoga os Contratos anteriormente celebrados com as aquelas Freguesias.-----

**Retirou-se da sessão o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, declarando-se impedido de apreciar e votar o ponto que se segue, porquanto integra os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia.**

**10. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A CRECHE, PELA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALE DE CAMBRA (500M2 A DESAFETAR DA RAN /ARTIGO MATRICIAL 7455, LUGAR DO CABEÇO, S. PEDRO DE CASTELÕES) - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação do ponto em título, de acordo com a documentação distribuída.-----**

**No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, começou por saudar o Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia presente na sala, assim como saudou o trabalho desenvolvido pela Instituição nos últimos anos, em prol da infância e da terceira idade, designadamente com a prestação de cuidados continuados. -----**

**Falou da importância de que se revertem as creches, oferta deficitária no Concelho. Entende que com a construção da creche pela Fundação Luíz Bernardo de Almeida e com esta manifestação de interesse por parte da Santa Casa da Misericórdia na construção de uma nova creche se vai dar um passo importante para as necessidades sentidas. As creches hoje são uma necessidade absoluta dos pais. Felicitou a Santa Casa da Misericórdia pela vontade manifestada. A Câmara Municipal tem reunido e dado o apoio possível para que se consiga implementar esta resposta. Com o reconhecimento do Interesse Público Estratégico, olhando ainda à sua localização, afigura-se como importante e pertinente para uma candidatura a fundos comunitários.-----**



**Intervio a Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares** que proferiu a seguinte intervenção, conforme documento entregue: “Sobre este ponto temos a dizer que todas as beneficiações, ampliações, melhorias ou benfeitorias em prol das nossas crianças e dos nossos jovens, e em proveito da comunidade da área da educação merecerá sempre a nossa simpatia e afinidade.-----

Tal como já referenciei, o decréscimo da taxa de natalidade é preocupante, mas efetivamente é verdade também, que apesar desta quebra no número de nascimentos, as ofertas concelhias – no que respeita a vagas nas creches - não conseguem dar resposta às necessidades das nossas famílias.-----

Desta forma, a implementação deste edifício – pela Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra – que pretende sanar um problema na área da infância, merece a nossa aprovação.-----

Se este ponto for aprovado aqui em Assembleia Municipal, desejamos sorte e celeridade na execução deste projeto colossal e temos a certeza que a Santa Casa continuará a dar uma resposta positiva e de confiança social na área da infância, assim como nos tem habituado ao longo dos tempos – e agora com ainda melhores condições. Obrigada.”-----

**De seguida, usou da palavra a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins**, referindo ser bom e positivo ver este ponto na ordem de trabalhos e ver que há mais uma IPSS a tentar construir uma creche, sabendo que a Fundação está a fazer uma em parceria com a Câmara e/ou União de Freguesias.-----

Quis intervir neste ponto, pois vai fazer três anos que em sede do Conselho Municipal da Juventude propôs mais creches, porque tinha familiares seus a levar os seus filhos a outros concelhos e a querer mudar de concelho, pois era quase impossível trabalhar num concelho, ter os filhos noutra e viver noutra. Na altura

2022.02.18

falou e a então Vereadora Daniela Silva disse que o assunto já estava a ser tratada e que iriam resolver o problema com a creche da Fundação.-----

Questionou o Sr. Presidente da Câmara se saberia quantas pessoas estão na lista de espera das creches de Vale de Cambra, naquele momento. Se calhar as duas creches (da Fundação e da Santa Casa) não irão dar vazão à lista de espera, e pode ser preciso outra atitude por parte do Município tendo uma estratégia também para a questão das creches, pois que é uma questão fundamental para a fixação dos casais mais jovens.-----

**O Deputado Municipal Francisco Jorge Rodrigues de Sousa**, após cumprimentar os presentes, deu conta desta sua primeira intervenção perante esta plateia, o que faz com muita honra e prazer, pedindo ao mesmo tempo desculpa pela inexperiência neste âmbito. No cumprimento das suas funções garantiu que tudo fará para dar o seu melhor contributo de forma a acrescentar sempre algo positivo à comunidade e ao Concelho ao longo destes quatro anos.--

Agradeceu à Santa Casa da Misericórdia, na pessoa, do seu Provedor, Prof. Pina Marques, pela dinâmica, trabalho realizado e pelo projeto de construção do novo polo direcionado para o público infantil. Pode vir a tornar-se uma realidade, o que será uma mais valia para a comunidade em geral, mas especialmente para a Freguesia de S. Pedro de Castelões. Este é seguramente um projeto muito ambicionado pois permite a muitos pais saírem tranquilamente para os seus trabalhos sabendo que os seus filhos ficam bem entregues e bem cuidados, numa altura em que cada vez mais aumentam as filas de espera por uma vaga onde deixar as crianças em segurança e tranquilidade. A título pessoal, enquanto cidadão e futuro avô, sente-se agradecido e honrado por ver nascer uma obra tão ambiciosa mesmo junto à sua residência. Colocou-se à disponibilidade para alguma necessidade que surja no âmbito da referida obra.-----





**Interveio de seguida a Deputada Municipal Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro**, para, em nome da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, da qual é Secretária manifestar todo o agrado daquela Junta pelo projeto e futura construção de uma nova creche em S. Pedro de Castelões, vindo dotar a Freguesia e o Concelho de mais uma excelente obra que irá acolher as nossas crianças, onde os pais as possam deixar em conforto e segurança durante as suas horas laborais. Apelou à Câmara Municipal para dar todo o apoio a estes projetos das IPSS's do Concelho, que são uma mais valia para Vale de Cambra. A Junta de Freguesia dá os parabéns pela iniciativa e disponibiliza todo o apoio que lhe seja possível.-----

**Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, relativamente à questão colocada, respondeu não ter o número exato da lista de espera para entrada em creche sabe, contudo, que se trata de umas largas dezenas de pedidos. Na Santa Casa, segundo dados do Sr. Provedor rondavam os 60 a 70 pedidos, a que acrescem os que já tenham dado entrada posteriormente, pelo que poderiam falar em cerca de 80 a 100 pedidos. Há, portanto, todo o apoio e carinho por estes projetos que irão contribuir para o bem estar das crianças, mas também para o equilíbrio e bem estar das famílias. Bem haja a quem põe de pé estas infraestruturas.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 24 membros presentes, **reconhecer o Interesse Público Estratégico da construção de edifício destinado a resposta social na área da infância – Creche a edificar pela Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra** (em parcela de terreno a desafetar do artigo matricial 7455, classificado como RAN, sito no lugar do Cabeço, Rua Dr. José Gomes de Almeida, da Freguesia de S. Pedro de Castelões), sob proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022, com a seguinte fundamentação:-----

- A Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra foi fundada em 1952. ----
- A Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra encontra-se registada, a título definitivo, na Direção Geral da Segurança Social, desde 23-04-1984, no Livro n.º 2, das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 7/86, a folhas 43 verso, em conformidade com o disposto no n.º2 do artigo 7º dos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social regulamentado pela Portaria no 778/83 de 23 de julho (nos termos da Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, IP, Centro Distrital de Aveiro. -----
- Em 3 de novembro de 2020, foi publicado o registo definitivo da alteração dos estatutos, pela Direção Geral da Segurança Social, reconhecendo a entidade pessoa coletiva de utilidade pública, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, e de acordo com o regulamento do registo aprovado pela Portaria no 139/2007, de 29 de janeiro. -----
- Tem como objeto social a assistência na área da Infância e da terceira idade, nomeadamente o Centro de Acolhimento Temporário, Creche, Educação Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres, Componente de Apoio à Família, Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Centro de Convívio e Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração. Assim, a atividade desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia é de relevante importância para o desenvolvimento social do Concelho de Vale de Cambra, bem como as suas instalações e ampliação são fundamentais para esse propósito.-----



- As diferentes respostas sociais têm sido objeto de reformulações e propostas de alargamento de acordos de modo a aumentar e melhorar a capacidade de responder às necessidades sociais do território. -----

O Concelho de Vale de Cambra tem uma forte dinâmica industrial, apresentando um volume crescente de negócio em termos de mercado interno e externo e mesmo durante o período pandémico manteve níveis elevados de produção. -----

De acordo com dados do Ministério da Economia, em 2019 o volume de negócio das empresas era superior a 700 milhões de euros, sendo que mais de 70% se refere a negócios da indústria transformadora, que requer mão de obra que tem vindo a ser recrutada a nível interno e externo, debatendo-se com uma escassez de recursos humanos. O concelho tem das mais baixas taxas de desemprego do País. -----

Entre 2011 e 2021 Vale de Cambra mais do que duplicou o número de residentes estrangeiros e deste modo tem vindo a acolher mão de obra essencial para responder ao mercado de trabalho. -----

Contudo, esta situação só será sustentável no tempo se forem criadas respostas de suporte às famílias, nomeadamente ao nível da infância. Só com um contexto de confiança para as famílias termos capacidade de manter um tecido industrial com elevados níveis de produtividade. -----

Neste momento e a curto/médio prazo o Concelho de Vale de Cambra não tem, em si, estas condições: -----

- Vale de Cambra tem sido destino de imigrantes, sobretudo de origem Brasileira que se têm fixado num Concelho com elevada procura de trabalhadores. -----
- As empresas de maior dimensão trabalham em turnos rotativos dificultando a conciliação entre trabalho e a vida familiar; -----

2022.02.18

- As famílias imigrantes não possuem redes formais e informais de suporte que garantam a guarda e cuidados aos seus filhos;-----
- O concelho tem uma taxa de cobertura na resposta social Creche, na ordem dos 114,6% (dados do Gabinete de Planeamento e Estratégia, ISS-GP-UPCG@seg-social.pt) das mais baixas taxas de cobertura do distrito de Aveiro; -----
- As creches existentes no concelho possuem listas de espera expressivas sem possuir capacidade de responder sequer parcialmente às necessidades evidenciadas; -----
- Esta pressão sobre as Instituições no que se refere à resposta Creche será agravada pela aplicação do princípio da gratuidade da creche nos termos previstos na Lei 2/2022 de 3 de janeiro. -----

Pelo já exposto, confirma-se a necessidade de alargamento da resposta social creche nos termos solicitados pela Santa Casa da Misericórdia, reconhecendo a relevante importância desta obra para o desenvolvimento social do Concelho de Vale de Cambra.-----

**Reentrou no Salão o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, tendo-se ausentado definitivamente da sessão a Deputada Municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro.**-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** felicitou o Senhor Provedor, em nome do Órgão a que preside, pela iniciativa que, como se viu, é do inteiro agrado desta Assembleia Municipal. Bem haja por mais esta prova de dinamismo e serviço à comunidade.-----

Concedeu, de seguida, a palavra ao público inscrito.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE**



**SETEMBRO:** Usou da palavra o único cidadão inscrito para o efeito, **Carlos Firmino Nadais dos Reis**, questionando sobre quem compunha a Comissão de Revisão do Regimento no anterior mandato, bem como se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal chegou a distribuir uma proposta de Regimento para discussão conforme havia prometido. Referiu a sua intervenção em sessão de seis de dezembro sobre este mesmo assunto e que, durante a sessão, ninguém se manifestou mas que, no final e fora das instalações, foi abordado por dois Deputados que lhe “puxaram as orelhas”. Ora, sendo os mesmos Deputados Municipais podem falar aqui dentro e não têm de o fazer lá fora.-----

**No uso da palavra, a propósito da intervenção supra, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** afirmou ter assumido o compromisso de entregar uma proposta de Regimento, documento que tem apenas o intuito de suscitar a discussão e depois ser beneficiado. Era para ser nesta sessão mas, por motivos profissionais, tal não foi possível.-----

- **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 24 membros presentes, elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando de seguida, com os mesmos votos, o texto/teor da mesma.

**Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e três horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelo 1.º Secretário da Mesa.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----

2022.02.18

A series of horizontal dashed lines for writing, contained within a vertical rectangular border.